

Cód	Diretrizes I CONAFFA - Belém/PA - 2009	Executada	Em Andamento	Inexequível	Descritivo
1	Subsídio	Sim			Implantado pela Lei Nº12.775 de 28/12/2012.
2	Paridade entre Ativos, Inativos e Pensionistas	Sim			Com a implantação do subsídio não há distinção entre ativos, inativos e pensionistas.
3	Estabelecer critérios de avaliação			Sim	Ação de competência do MPOG e MAPA.
4	Estabelecer o Valor do Ponto de Gratificação			Sim	Ação de competência do MPOG e MAPA.
5	Estabelecer a gratificação por qualificação			Sim	Considerada excludente, poucos receberiam gratificação.
6	Consolidar a Carreira como Típica de Estado - Carreira Exclusiva	Sim			Implantação do Subsídio pela Lei Nº12.775 de 28/12/2012.
7	Alterar a denominação da carreira	Sim			Pela Lei Nº 13.324 de 29/07/2016 passou a denominar-se Auditor Fiscal Federal Agropecuário.
8	Criar a Escola de Formação Fiscal	Sim			Criada a Enagro pelo Dec. 8.701/16 e alterada pelo Dec. 8.852/16.
9	Reordenamento da força de trabalho do Mapa			Sim	Ação de competência do MAPA.
10	Gratificação/Indenização por Localização	Sim			Em implantação com o Adicional de Fronteiras.
11	Adotar ações para realização de Concurso Público	Sim			Foram realizados concursos em 2014, 2018 e 2025.
12	Metodologia e Ambiente de Trabalho do MAPA	Sim			Realizado estudos por GT Clima Organizacional, concluído em 2017.
13	Plano de Saúde - criação de GT	Sim			Os trabalhos resultaram em convênios com operadoras de plano de saúde.
14	Equiparação do Auxílio Alimentação	Sim			O vale alimentação atinge a todos os servidores do poder executivo. Pauta de todos os servidores públicos federais.
15	Contratar consultorias para serviços especializados de apoio	Sim			Contratadas consultorias específicas da carreira e internas do Sindicato.
16	Estabelecer base política no Congresso Nacional	Sim			A Diretoria de Relações Institucionais desenvolve trabalho cotidiano no Congresso Nacional.

17	Estabelecer meritocracia para ocupação de cargos		Sim		O ANFFA Sindical persegue este tema constantemente em todos os fóruns.
18	Estimular AFFAs nas secretarias do MAPA	Sim			O tema está relacionado com a meritocracia e é perseguida pelo Sindicato.
19	Articular intervenção junto AGU e MAPA em defesa dos AFFAS	Sim			Ação permanente do sindicato.
20	Criação de um plano jurídico de assistência ao filiado	Sim			Contratado escritório de Advocacia, implantado a AL e contratado quadro.
21	Criar Comissão de Ética	Sim			A comissão é formada a partir de denúncias internas envolvendo filiados. O CDS
22	Outros Temas - Lei orgânica			Sim	Contemplado no Plano Operativo 2018/2019. No atual congresso existe o risco de perder atribuições.
23	Reivindicar participação em GTs MAPA	Sim			O ANFFA Sindical tem participado dos GTs do MAPA.
24	Publicizar as atas AGN e CDS	Sim			As Atas de AGN, Direx e CDS são publicizadas no site.
25	Criação de GTs - Adidos Agrícolas, Biossegurança, Reestruturação do Mapa, Meio Ambiente	Sim			Estabelecido processo de seleção para adido agrícola, os demais temas competem ao MAPA.
26	Reivindicar normativo para operacionalização de hora extras pelo Mapa.	Sim			Contemplado pelo PL 3179/2024.
27	Reivindicar participação de AFFAs nas Comissões de PAD	Sim			Atualmente os AFFAs são nomeados para participarem das comissões.
28	Estabelecer regimento interno das DS e SS	Sim			O Regimento Interno do ANFFA Sindical, contempla todas as Delegacias e Seções
29	Contratar funcionário como Secretaria Executiva do Sindicato			SIM	Considerada desnecessária a contratação pelo custo e estrutura reduzida do sindicato.
30	Profissionalização da administração do sindicato	Sim			O Sindicato tem contratado funcionários para as funções e realizado treinamentos de aperfeiçoamento.
31	Moção de Apoio à proposta de reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos Administrativos do MAPA	Sim			Encaminhada aos órgãos competentes.
32	Moção de Apoio à PEC nº 438 – Contra o Trabalho Escravo	Sim			Encaminhada aos órgãos competentes.
Cód	Diretrizes II CONAFFA - Salvador/BA - 2011	Executada	Em Andamento	Inexequível	Descritivo

1	Estabelecer como será feita a transposição dos níveis da tabela atual para a nova tabela.	Sim			Implantada nova tabela.
2	Propor ao MAPA transferir a atividade de aviação agrícola da SDC para SDA.	Sim			Ação é de competência do MAPA.
3	O ANFFA Sindical deve disponibilizar aos seus filiados, no acesso restrito, um balancete contábil	Sim			Publicado no site do Sindicato.
4	O Sindicato deve se manifestar junto ao MAPA contra a retirada do termo AFFA no novo RIISPOA, por Inspetor	Sim			Nova versão do RIISPOA atende.
5	O Sindicato deve se posicionar de forma contrária a adesão de novas profissões naquelas já regulamentadas na Lei da	Sim			Ação permanente do Sindicato.
6	O Sindicato deve providenciar junto a sua Assessoria jurídica uma consulta da possibilidade de percepção de gratificação de fronteira	Sim			Atendido com Adicional de Fronteiras.
7	Elaborar um histórico das pautas de reivindicações dos CONAFFAS, apresentar na abertura do CONAFFA.	Sim			Realizado a partir do V CONAFFA.
8	Alteração do mecanismo de tomada de decisões nas Assembleias, para construção de propostas.	Sim			Atendido com o encaminhamento antecipado da Nota Explicativa.
9	Manifestação da Direx rechaçando a intenção do DSV de repassar certificação internacional de frutas exportadas	Sim			O fato não foi consumado.
10	Criação do código de ética	Sim			Foi criado grupo de trabalho pelo CDS que está em fase final de conclusão do código.
11	Fazer gestao junto a Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas, conversão de tempo de atividades insalubres		Sim		O Sindicato obteve decisão judicial favorável, no entanto, ainda há pendências administrativas para elaboração de laudo
12	Contratação imediata de pessoal nível intermediário, inclusive motoristas, para apoio dos serviços técnicos e administrativos da SFA			Sim	Ação é competência do MAPA.
13	Contratação de seguros, pelo MAPA, para indenização de sinistros com veículos disponibilizados aos serviços			Sim	Ação é competência do MAPA.
14	Ampliação da rede laboratorial para atendimento ao serviço de fiscalização.			Sim	Ação é competência do MAPA.
15	Ampliação das estações quarentenárias.			Sim	Ação é competência do MAPA.
16	Realização de Concurso Público para AFFA.	Sim			Realizado em 2014, 2018 e 2025.
17	A marca SIF, deve ser estendida a todos os produtos inspecionados pelos AFFAs, de origem animal ou vegetal.			Sim	Ação é competência do MAPA.
18	Um dia de alerta ou outro gesto de presença para sensibilizar o planejamento no sentido de incluir na LOA, a	Sim			Contemplado com implantação do Subsídio.
19	Viabilização da escola nacional de fiscalização e desenvolvimento agropecuário	Sim			Criada a Enagro pelo Dec. 8701/16 e alterada pelo Dec. 8852/16.

20	Análise da oportunidade da atuação do AFFA em outras pastas, visando atender o conceito de Estado Necessário e Estado Sustentável	SIM			Nos documentos do Sindicato entregues a equipe de transição já constam a transversalidade de atuação dos AFFAs em
21	Revisão do conceito de fiscalização na atuação do AFFA no contexto do desenvolvimento agropecuário.			Sim	Ação a ser estabelecida com a Lei orgânica da carreira. No atual congresso há o risco de
22	Inserir no art.3 da Lei 10.883/2004 a expressão "exclusivas ou privativas" nas atribuições dos AFFAs.			SIM	Proposta rechaçada pelo Governo, sem condições políticas de implantação.
23	Buscar mecanismos administrativos e jurídicos para proteção dos AFFA quando de retaliações, pressões e		Sim		O tema esta em debate e com grupo oficial formado na mesa setorial MAPA/Sindicatos.
24	Estender, padronizar e dar acessibilidade no âmbito das SFAs ao plano anual de capacitação do Ministério.			Sim	Ação é competência do MAPA.
25	Resgatar o acordo celebrado entre MAPA e MPOG com vistas a implementação da Gratificação de Qualificação.			Sim	Considerada excludente, poucos receberiam gratificação.
26	Moção - Apoio a proposta de ocupação dos cargos em comissão e as funções gratificadas.	Sim			Encaminhada aos Órgãos competentes.
27	Moção - Contra a continuidade do GT, instituído pela Portaria 559/2011, que trata da arquitetura organizacional.	Sim			Grupo de trabalho foi extinto.
Cod	Diretrizes III CONAFFA - Florianópolis/SC - 2014	Executada	Em Andamento	Inexequível	Descritivo
1	Capacitar e formar negociadores profissionais, dentro do grupo dos Fiscais Federais Agropecuários, encontrando aqueles que possuem aptidão e disponibilidade para tal, a fim de que as negociações se encaminhem de forma planejada, seguindo técnicas profissionais de negociação.	Sim			Foram realizados treinamentos para diretores e filiados capacitando-os em negociação.
2	Firmar posição junto ao Executivo e ao Parlamento para que qualquer projeto de lei que regule o Direito de Greve do Serviço público seja acompanhado dos mecanismos e das regras legais da negociação coletiva, com base na Convenções 151 e 159 da OIT.	Sim			Atividade permanente de todas as categorias de servidores públicos, com o grupo de trabalho constituído com o MGI.
3	Realizar cursos de formação sindical aos Fiscais Federais Agropecuários.	Sim			Os filiados recebem treinamento em formação sindical, ação depende do empenho das Delegacias Sindicais.
4	Apresentação pela DIREX, durante o CONAFFA, das ações implementadas pelo Sindicato referentes às resoluções definidas no Congresso anterior.	Sim			As ações executadas são publicizadas na página do Sindicato e apresentadas nos CONAFFAs.

5	Implementar a metodologia para formação de um banco de dados com a identificação dos Fiscais Federais Agropecuários por especialidade visando a formação de grupos de trabalho do Sindicato.	Sim			Esta ação é permanente e busca identificar os especialistas em cada área de atuação. Os grupos temáticos criados pela diretoria de política profissional permitem identificar colegas com as especialidades de cada área
6	Valorização das pautas não remuneratórias do movimento sindical como fator de satisfação dos Fiscais Federais Agropecuários.	Sim			Nas pautas reivindicatórias são incluídos itens não remuneratórios.
7	Contratação de consultorias externas para auxiliar grupo de trabalho ou comissão competente para avaliar e indicar as ações necessárias do sindicato para prevenir/corrigir desvios nas condições de trabalho dos FFAS.	Sim			Quando necessário, são contratadas consultorias.
8	Inserção do ANFFA Sindical no processo de remoção dos Fiscais Federais Agropecuários.	Sim			O Sindicato tem buscado atender o interesse dos filiados nos concursos de remoção.
9	Promover a recepção de novos Fiscais Federais Agropecuários pelo ANFFA Sindical.	Sim			Ação de competência das Delegacias Sindicais.
10	Incentivar e contribuir na organização de encontros estaduais de aposentados e pensionistas, nas delegacias sindicais;	Sim			A Diretoria de Aposentados tem realizado encontros junto às Delegacias Sindicais.
11	O Sindicato Nacional deverá fornecer meios para as delegacias sindicais fazerem treinamento em informática para os aposentados e pensionistas e orientar os funcionários das DS para auxiliarem os FFAs aposentados e pensionistas, acessar o site do ANFFA Sindical.	Sim			Ação de competência das Delegacias Sindicais.
12	Organizar cursos de preparação para aposentadoria aos FFAs.	Sim			A Diretoria de Aposentados tem realizado cursos de preparação para aposentadoria junto às Delegacias Sindicais.
13	Participação de atos públicos em defesa dos aposentados e pensionistas, juntamente com entidades congêneres e colaborar com o Sindicato em todas as atividades.	Sim			O Sindicato tem participado de todos os atos públicos que visam a defesa dos aposentados e pensionistas.

14	Continuar com o Espaço do Aposentado e Pensionista no informativo INFOSINDICAL.	Sim			O INFOSINDICAL disponibiliza em todas as suas edições espaço para inserção de notícias relativas aos aposentados e pensionistas.
15	Incentivar permanentemente os aposentados a participarem de reuniões, assembleias e eleições, bem como comparecer periodicamente na sede das delegacias e seções sindicais.	Sim			Ação de competência das Delegacias Sindicais.
16	Responder aos questionamentos dos aposentados e pensionistas, seja por telefone, e-mail ou pessoalmente, atendendo o estatuto do idoso.	Sim			A Diretoria de Aposentados e Pensionistas mantém constante esta atividade.
17	Denunciar, se for o caso, ao Ministério Público, o não cumprimento por parte do MAPA, do estatuto do idoso.	Sim			Havendo denúncias o sindicato adotará as medidas necessárias.
18	O desenvolvimento da comunicação interna, com ênfase nos filiados.	Sim			Foram desenvolvidas novas ferramentas para a comunicação com os filiados.
19	O desenvolvimento de comunicação externa, promovendo a atuação dos FFAs com foco na sociedade, inclusive durante mobilizações.	Sim			Elaborado Plano de Mídia com orçamento disponível.
20	O desenvolvimento de comunicação externa, promovendo o ANFFA Sindical com foco nos parlamentares.	Sim			Elaborada campanha direcionada aos parlamentares.
21	Promover ações de sensibilização dos diretores, delegados e das bases, para que haja maior integração com a diretoria de comunicação, com apoio de uma equipe multidisciplinar (ex.: Banco de Talentos).	Sim			Ação em execução. Diretoria de Comunicação mantém contato permanente com os filiados.
22	Repasse de recursos às Delegacias Sindicais de forma a garantir uma estrutura mínima para aquelas deficitárias economicamente.	Sim			São repassados recursos as Delegacias deficitárias para atender as demandas.
23	Reformulação Estatutária.	Sim			Estatuto e Regimento Interno foram reformulados em 2017.
24	Gestão Democrática e Transparente.	Sim			Todos os atos do Sindicato são publicizados para os filiados.
25	Defesa das prerrogativas e perspectivas da Fiscalização Federal Agropecuária.	Sim			Ação permanente do Sindicato, incorporada em todas as campanhas.

26	Melhoria na remuneração e Condições de Trabalho.	Sim			Esta ação é permanente e constante por parte da Diretoria Executiva .
27	Política de Integração e Comunicação.	Sim			Ação permanente do Sindicato.
28	Implantação de Sistema de Gestão da Qualidade, prevista no Artigo 51 do Estatuto do ANFFA Sindical, baseado na ABNT NBR ISO 9001:2008, porém, sem a necessidade de certificação pelo INMETRO.	Sim			Foram realizadas capacitações de funcionário envolvidos com o SGQ e novas capacitações estão programadas. Elaborados os manuais de redação, administração, finanças e da qualidade, assim como POPs, IT's, Relatórios, matriz de monitoramento e medição, etc.
29	Posse dos membros do Conselho Fiscal pelo Presidente da Comissão Eleitoral e não mais pelo Presidente da DIREX.	Sim			Ação implantada.
30	Vedada reeleição dos membros do Conselho Fiscal ao mandato imediato seguinte.			Sim	O Estatuto preve a reeleição por um mandato.
31	Inclusão da Fiscalização do patrimônio nas atribuições do Conselho Fiscal.	Sim			Previsto em estatuto.
32	Previsão no orçamento do Sindicato para formação continuada dos servidores ativos, de forma a valorizar a carreira de Fiscal Federal Agropecuário pela mudança de percepção da sociedade com relação a qualidade dos serviços prestados pelos servidores ativos, os quais refletem a imagem da sua instituição.			SIM	Competência do Mapa através da Enagro.
33	Implantar e manter um sistema de cadastro de filiados "online" de forma mais eficiente e eficaz que o atual.	Sim			Em fase de atualização do sistema para a versão "online".
34	Fica clara a necessidade de se instituir a ouvidoria no Sindicato como mais uma ferramenta de comunicação com o filiado e uma grande ferramenta de gestão de qualidade em nossa entidade.	Sim			Criada através de Resolução em 2018.
35	Alterar o estatuto no sentido de permitir prazos reduzidos de convocação para assuntos emergenciais e respeitar os prazos estatutários para os demais assuntos.	Sim			Ação implementada com a reforma do Estatuto.

36	Esta tese sugere que o Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários gere Programa de Inovação Tecnológica para o Sindicato.	Sim			Sindicato tem implantado sistemas eletrônicos de gestão.
37	Planejamento prévio da campanha salarial dos FFAs.	Sim			A pauta das reivindicações é elaborada previamente e aprovada em AGNE.
38	Implantação de ciclicidade na realização de campanhas salariais.	Sim			A pauta das reivindicações é elaborada previamente e aprovada em AGNE.
39	Participação dos filiados na discussão e elaboração das propostas para a campanha salarial.	Sim			A pauta das reivindicações é elaborada previamente e aprovada em AGNE.
40	Aprovação da campanha salarial elaborada pelo sindicato em assembleia geral nacional.	Sim			A pauta das reivindicações é elaborada previamente e aprovada em AGNE.
41	Definição prévia das estratégias a serem utilizadas na campanha salarial.	Sim			Ação permanente, aprovadas em AGNE.
42	Aperfeiçoamento dos critérios de seleção para escolha dos participantes do CONAFFA, contemplando a participação dos diretores da Diretoria Executiva Nacional e Delegados Sindicais recém eleitos.	Sim			A Comissão Organizadora de cada Conaffa busca elencar critérios justos para escolha dos participantes, através de Regimento Interno do Conaffa aprovado em AGNE. O novo Estatuto preve a participação dos diretores da Diretoria Executiva Nacional e Delegados Sindicais recém eleitos.
43	Financiamento de campanhas para as eleições do Sindicato com recursos providos, exclusivamente, pela entidade, vedado o uso de qualquer recurso que não seja disponibilizado pelo ANFFA Sindical.	Sim			Ação foi implementada.
44	Estabelecer o marco inicial das campanhas eleitorais do Sindicato.	Sim			Previsto em estatuto.
45	Alteração estatutária obrigando a aprovar o orçamento das DSs do ano vindouro e a prestação de contas do ano findo por assembleia estadual.	Sim			Implementada com a reforma estatutária.
46	Separar o processo eleitoral de sucessão no Sindicato do momento de estabelecimento de diretrizes pelo CONAFFA. Os dois eventos são momentos muito importantes para o Sindicato e não devem estar concorrendo entre si na organização e gastos.	Sim			Foi alterada a data de realização do Conaffa para não coincidir com ano eleitoral da entidade.

47	Melhoria da qualidade das campanhas salariais e obtenção de adesão e comprometimento da DIREX e da base. Diminuição de conflitos nas discussões de itens das campanhas e dar transparência ao processo.	Sim			A pauta reivindicatória é apresentada pela Direx ao CDS e aprovada em AGNE.
48	Revisão do Estatuto. Criação de uma comissão de reforma do estatuto e regimento interno equilibrando membros da DIREX e CDS.	Sim			Estatuto e Regimento Interno foram reformulados em 2017.
49	Estudar a viabilidade de implantação de um Sistema de Videoconferência nos ambientes de reuniões da sede do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários e das Delegacias Sindicais.	Sim			O sistema está disponível e sendo utilizado sempre que possível.
50	Estudar a viabilidade de implantação de um Sistema de Eleição/Pesquisa “Online” (Via web) pelo Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários.	Sim			O sistema esta disponível para votação em AGNE. Para eleição está em estudo.
51	Revisar o Estatuto e o Regimento Interno do ANFFA Sindical, a fim de que estes documentos permitam as votações a distância.	Sim			Na reformulação do Estatuto ficou prevista a votação eletrônica.
52	Detalhamento do orçamento anual através da apresentação da memória de cálculo conta a conta do plano de contas, bem como sua disponibilização prévia à AGNO na área restrita do site do ANFFA Sindical.	Sim			A apresentação do orçamento contempla esta ação.
53	Alteração do sistema de votação do orçamento, para o sistema conta (rubrica) a conta, com respectiva indicação de redução ou elevação de valores para as contas reprovadas, conforme planilha em Excel.	Sim			O orçamento está sendo elaborado por rubrica.
54	Detalhamento da prestação de contas anual, despesa a despesa, conforme planilha em Excel, bem como sua disponibilização prévia à AGNO na área restrita do site do ANFFA Sindical.	Sim			Realizado, encaminhado previamente às Delegacias Sindicais.

55	Instrumentalizar o setor de comunicação com a formação de equipe constituída por profissionais da área de comunicação, com aporte de recursos compatíveis com as necessidades e criar mecanismos que permitam a maior participação dos demais setores do sindicato (diretorias, delegacias sindicais e colaboradores técnicos).	Sim			A Diretoria de Comunicação está estruturada com equipe de profissionais aptos para as atividades com orçamento de acordo com as disponibilidades.
56	Implementar política visando maior visibilidade ao público interno e externo (sociedade e parlamentares) da imagem e do papel da categoria.	SIM			Atendido com o Plano de Mídia do Sindicato.
57	Alteração do prazo de convocação da AGE e criação de mecanismos que possibilitam a maior participação dos filiados e maior agilidade na tomada de decisões pela categoria.	Sim			Atendido com a reforma estatutária.
58	A Adesão do ANFFA Sindical ao "Cadastro Pró-Ética", programa este que é uma iniciativa da CGU e Instituto Ethos.			Sim	Não há previsão de adesão por entidades sindicais a este cadastro.
59	Criação de um Departamento de Enfrentamento ao Assédio Moral, ligado à Diretoria de Assuntos Jurídicos, do ANFFA Sindical.			SIM	Considerada desnecessária a criação de Departamento, contudo as ações são atendidas pela Diretoria de Assuntos Jurídicos quando ocorrem denúncias.
60	Elaborar e submeter à votação dos filiados um Código de Ética e Disciplina.	Sim			Código de ética aprovado pelo CDS e pronto para envio a AGNE.
61	Acrescentar a sua estrutura organizacional um Conselho de Ética.	Sim			Quando necessário, é criada comissão específica para a denúncia.
62	Criar no site do ANFFA Sindical, um ambiente para discussão, entre os Fiscais Federais Agropecuários, sobre assédio moral, ligado a um departamento específico, com consultoria de profissionais qualificados.	Sim			Criado Fórum de discussão na área restrita.
63	Dar maior autonomia para as Delegacias Sindicais contratarem assistência jurídica nos casos de assédio moral.	Sim			Através da AJI esta demanda é contemplada.
64	Prover apoio financeiro às delegacias sindicais para o pagamento de assistentes técnicos locais, como: psicólogos, psiquiatras, médicos do trabalho, para assistência àqueles que possuem processos administrativos ou judiciais sobre assédio moral.	Sim			Quando necessário o pleito é atendido.

65	Elaborar cartilhas e promover seminários e reuniões para tratar de assuntos relacionados ao assédio moral.	SIM			Publicado material no site do sindicato.
66	Orientar, incentivar e apoiar a identificação e formação de potenciais candidatos da nossa carreira ao parlamento.	Sim			Ação permanente realizada pela Diretoria de Relações Institucionais.
67	Retomar e ampliar a discussão sobre os fundamentos e os benefícios com a denominação da carreira se alterando para Auditor Fiscal Federal Agropecuário.	Sim			Alteração ocorrida.
68	Retomar a discussão e andamento dos trabalhos para implantação da Escola.	Sim			Criada a Enagro pelo Dec. 8701/16 e alterada pelo Dec. 8852/16.
69	A ANFFA Sindical deve dar continuidade a discussão da modernização da estrutura organizacional do MAPA junto ao Órgão, Congresso Nacional, Casa Civil e MPOG, incluindo a discussão quanto aos processos de trabalho desenvolvidos pelo Órgão, nos moldes da proposta aprovada em AGNE.	Sim			Ação permanente.
70	Incentivar a filiação da totalidade dos Fiscais ativos, aposentados e os pensionistas.	Sim			Ação é atividade permanente do Sindicato.
71	Promover a capacitação dos filiados do Sindicato para o exercício do sindicalismo.	Sim			O Sindicato tem realizado Cursos de Formação Sindical para dirigentes e filiados.
72	Persistir na busca pela paridade com as demais carreiras que exercem atividades típicas de estado.	Sim			Ação é atividade permanente do Sindicato.
73	Conscientizar a categoria dos FFAs, da importância de ter conquistado o subsídio como forma de remuneração.	Sim			Ação permanente do Sindicato.
74	Criar a Campanha Salarial própria da Categoria de Fiscais Federais Agropecuários.	Sim			Ação é atividade permanente do Sindicato.
75	Reformar, modernizar e atualizar o Sistema de Comunicação do Sindicato.	Sim			Ação permanente e prevista no plano orçamentário e plano de mídia.

76	Que a Diretoria Executiva da ANFFA Sindical fomente junto à Câmara Federal, como parte de sua estratégia de desenvolvimento da carreira, a proposição de um Projeto de Lei que inclua os integrantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário entre as carreiras citadas no inciso X do Art. 6º da Lei 10.826 de 22 de dezembro de 2003 e que possuem direito ao porte funcional de arma de fogo, condicionado aos requisitos previstos nos parágrafos 1º e 2º do mesmo artigo.	Sim			A Diretoria de Relações Institucionais está empenhada junto ao Congresso Nacional para aprovação de projeto de lei neste sentido.
77	Formalizar grupo para iniciar os estudos das competências necessárias para a ocupação dos cargos comissionados e funções gratificadas do MAPA, no sentido de subsidiar mecanismos políticos e administrativos para induzir o provimento dos cargos com base meritocrática.	Sim			Ação permanente desenvolvida pelo Sindicato.
78	Cobrar do MAPA um programa de preparação dos FFAs como gestores e técnicos especialistas.	SIM			Competência do Mapa através da Enagro. O ANFFA Sindical faz gestões para implementar a ação.
79	Fomentar a ampliação da participação dos FFAs em outras instituições públicas.	SIM			O Sindicato defende a atuação trasnversal em outros ministérios com defesa, inclusive juridica, da possibilidade de localização dos AFFAs no Ministério da Pesca e no ministerio do Desenvolvimento Agrário
80	Harmonizar a estruturação da carreira de FFA às demandas da administração pública.	SIM			O sindicato acompanha permanentemente as propostas de alteração dos marcos regulatórios da administração pública.
81	Institucionalizar um grupo técnico de apoio a Diretoria de Comunicação do ANFFA Sindical para divulgação de informações referentes a atuação dos fiscais federais agropecuários à Sociedade.	Sim			Criado Grupo de Comunicação-GCOM, das Delegacias Sindicais.
82	Articular politicamente para aprovação da lei orgânica da carreira que estabelecerá, entre outras, as atividades exclusivas dos fiscais federais agropecuários.			Sim	No atual congresso há o risco de perda de atribuições

83	Participar da construção e discussão das revisões de legislações específicas, assegurando as atividades exclusivas dos fiscais federais agropecuários.	Sim			O ANFFA Sindical acompanha permanentemente as propostas de alteração dos marcos regulatórios da administração pública.
84	Acompanhar o inquérito civil público nº 1.16.000.002982/2012-09 que trata do Termo de Ajuste de Conduta - TAC sobre a resposta do MAPA a cerca dos ofícios 4326 e 4327 do MPF-DF (atuação de médicos veterinários sem vínculo com o MAPA).	Sim			Inquérito civil encerrado em 04/03/2016.
85	Realizar diagnóstico das condições de infraestrutura e recursos humanos disponíveis à execução da vigilância agropecuária internacional no âmbito do MAPA para encaminhamento ao órgão e divulgação à sociedade.	Sim			Pleito permanente da categoria com a solicitação de concurso público e melhorias nas condições de trabalho, com discussão na mesa setorial Mapa/Sindicatos.
86	Realizar o levantamento da situação da ocupação de cargos em comissão no âmbito do MAPA e encaminhar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o qual cabe acompanhar e controlar o cumprimento dos percentuais fixados no caput do Decreto Nº 5.497, DE 21 DE JULHO DE 2005 , ou ainda ao Ministério Público Federal, responsável pela defesa do patrimônio nacional, o patrimônio público e social.			Sim	Ação de competência da CGU.
87	Articular junto ao MAPA a adoção de ferramentas modernas de gestão na administração pública, entre elas gestão por competência, gestão de projetos, sustentabilidade e gerenciamento de equipes de alto desempenho.	Sim			Ação de competência do MAPA e acompanhada pelo Sindicato.
88	Atuar de forma mais incisiva na transferência de informação para a sociedade sobre a atuação dos fiscais federais agropecuários, objetivando mais visibilidade, credibilidade, prestação de contas à sociedade e motivação dos fiscais.	Sim			Ação contemplada no Plano de Mídia do Sindicato.

89	Articulação do ANFFA Sindical junto à SDC para mudança imediata da metodologia empregada na definição dos contratos de repasse a serem fiscalizados, por meio de grupo de trabalho para proposição de ferramenta, nos moldes da que é hoje usada pela CGU.			SIM	Ação de competência do Mapa.
90	Promover um diagnóstico detalhado, possivelmente através de consultoria ou empresa especializada, das exigências legais de saúde e segurança no trabalho aplicadas ao trabalho dos FFAs e verificação do atendimento de todos pontos identificados.		SIM		Ação em discussão na mesa setorial Mapa/Sindicatos.
91	Oficiar a administração do MAPA no intuito de assegurar o cumprimento de suas atribuições e de garantir a segurança e saúde do trabalho dos Fiscais Federais Agropecuários na execução das atribuições que lhes são próprias.	Sim			Encaminhado ao MPOG e MAPA, o relatório do GT Clima Organizacional.
92	Dada a relevância e urgência do tema, há de se considerar o acionamento do Ministério Público do Trabalho para garantir o cumprimento da legislação e/ou ainda a utilização de remédio jurídico junto a Justiça do Trabalho visando garantir a proteção do direito constitucional à segurança e à saúde.	SIM			Encaminhado ao MPT denuncia das condições de trabalho.
93	O Sindicato deve providenciar a criação de grupo de trabalho para reavaliar os critérios para certames de remoção dos FFAs.	Sim			Grupo de Trabalho criado.
94	Adotar as medidas necessárias à implementação das regras propostas pelo Sindicato para certames de remoção dos FFAs.	Sim			Encaminhado ao MAPA resultado do trabalho do Grupo de Trabalho. Remoção ocorreu recentemente cosniderando pontuação extra por localidade com adicional de fronteira.
95	ANFFA Sindical realizar movimento para que o MAPA faça seguro dos veículos oficiais.	sim			Ação em discussão na mesa setorial Mapa/Sindicatos.
96	Ampliar o diálogo entre o Sindicato e as entidades representativas da sociedade civil organizada e as instituições públicas e privadas.	Sim			Ação permanente desenvolvida pelo Sindicato.

97	Que o sindicato faça gestão junto ao MAPA quanto à utilização correta dos serviços de estagiários conforme estabelece a Lei 11.788/08.	Sim			Sindicato oficiou a administração do MAPA.
98	Ratificar o pleito do ANFFA Sindical junto ao Governo Federal da necessidade da realização de concurso público para recomposição e ampliação do quadro funcional do MAPA.	Sim			Concursos realizados em 2017 e 2024
99	Com determinada periodicidade e utilizando as ferramentas disponíveis no site do MAPA e do Portal da Transparência, o Sindicato, dentro das competências do Diretor de Comunicação e Relações Públicas, deverá buscar as seguintes informações: - Quantitativo e localização de FFAs e demais servidores. - Quantitativo de FFAs aposentados. - Transferências de FFAs e servidores. - Gastos com a folha salarial dos FFAs e demais servidores. - Execução das capacitações previstas no PAEC. - Arrecadação com multas e taxas. - Situação das metas do PPA. - Execução orçamentária por área de atuação. - Resultado das fiscalizações. - Situação de contratos e convênios críticos para as atividades dos FFAs. Posteriormente, estas informações deverão ser compiladas e analisadas criticamente para então serem publicadas no site do Sindicato em um link específico para este fim.			Sim	O sindicato mantém atualizado os dados de seus filiados. Quanto aos demais temas, são de competência do MAPA.
100	Fazer gestão junto ao MAPA para adoção de políticas públicas de saúde aplicadas aos servidores, conforme estabelecido pelo Decreto 6833/09.		SIM		Ação em discussão na mesa setorial Mapa/Sindicatos.
101	Moção - Primeiro Signatário: Elenita Albuquerque. Pela participação do Anffa Sindical nas câmaras setoriais com o objetivo de inserir o sindicato nas decisões técnicas do MAPA para defender os interesses da categoria.	SIM			As moções foram aprovadas nos Conaffas

102	Moção - Primeiro Signatário: Joaquim G. Botaro. Os Fiscais Federais Agropecuários abaixo-assinados propõem a criação de um grupo de trabalho para a revisão da metodologia de encaminhamento e discussão das teses a serem submetidas à plenária do CONAFFA. Entre as diretrizes a serem discutidas, recomenda-se: - Estabelecer critérios para a limitação do número de teses a serem selecionados para a discussão no congresso por grupo de trabalho; - Evitar a repetição de teses dentro do mesmo CONAFFA; - Garantir que os grupos de trabalho tenham total liberdade para incluir, excluir, complementar ou modificar as diretrizes a serem submetidas à plenária; - Estabelecer critérios diferenciados para apresentação de assuntos já analisados e reprovados. Justificativa: - Tempo exíguo para a discussão das teses; - Repetição de temas já deliberados anteriormente; - Limitação do poder de deliberação dos grupos de trabalho, prejudicando o entendimento e deliberação na plenária.	Sim			A Comissão Organizadora do Conaffa dentro de suas atribuições realiza estas atividades .
103	Moção - Primeiro Signatário: Guilherme Reis Coda Dias. Moção de Apoio à realização da Reforma Política no Brasil. Os Fiscais Federais Agropecuários reunidos no III CONAFFA , Congresso Nacional da categoria, realizado em Florianópolis-SC no período de 18 a 22 de Agosto de 2014, defendem a realização de uma profunda reforma política no Brasil, por Assembleia Constituinte Exclusiva e ampla consulta à população via plebiscito nacional.	SIM			As moções foram aprovadas nos Conaffas
104	Moção - Primeiro Signatário: Ricardo do Prado S. Pereira. Os Fiscais participantes do III CONAFFA solicitam ação enérgica do ANFFA Sindical junto ao poder executivo pela publicação do Decreto que regulamenta a Lei n 12.855/2013, a qual institui a indenização de fronteira aos FFAs e demais carreiras, nas localidades estratégicas.	Sim			Indenização de Fronteira implementada.

105	Moção - Primeiro Signatário: João Ferreira Caldas. Que as providências adotadas em função da avaliação das Teses dos CONAFFAs, pela Direx, sejam colocadas de maneira transparente para todos os filiados no site do ANFFA Sidical.	Sim			Implementado a partir do V Conaffa.
106	Moção - Primeiro Signatário: José Evio Lopes Lima. MOÇÃO DE AGRADECIMENTO. Os participantes do III CONAFFA – Congresso Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, reunidos em Florianópolis-SC, no período de 18 a 22 de Agosto de 2014, agradecem ao Deputado Federal Paulão-PT-AL, pela inclusão da carreira de FFAs na PEC 391, de sua autoria.	Sim			Moção encaminhada ao Deputado.
107	Moção - Primeiro Signatário: José Antônio M. dos Santos. Que o ANFFA Sindical melhore o processo de informação para os filiados sobre os procedimentos referentes às ações de conversão de Licença- prêmio em Pecúnia.	SIM			O ANFFA Sindical possui processo judicial onde faz pleito pela conversão. As informações sobre o andamento de todos os processos são encaminhadas mensalmente a todos os filiados e estão disponíveis na página do ANFFA Sindical.
Cod .	Diretrizes IV CONAFFA - Brasília/DF - 2017	Executada	Em Andamento	Inexequível	Descritivo
1	Interação entre serviços nas SFAs - O ANFFA Sindical deve realizar gestões junto ao MAPA com o objetivo de propiciar o conhecimento, padronização, harmonização e a integração das atividades dos diferentes serviços executados pelos AFFAs.	Sim			Foi elaborado pelo Mapa o Manual de Auditoria Agropecuária. Foi realizado gestão junto ao MAPA para treinamento dos SIPOA e AFFAs de frigoríficos. Foram treinados 820 AFFAs juntamente com os SIPOA, com patrocínio parcial do Sindicato. Foram realizadas reuniões com o DIPOA para tratar do tema.
2	Atuação do AFFA na avaliação das atribuições do Responsável Técnico (RT) nos estabelecimentos sujeitos à registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF). - O ANFFA deve construir uma proposta de atuação/auditoria, estabelecendo claramente a relação entre os profissionais RTs com os serviços oficiais do MAPA.			Sim	Ação do MAPA. Foi elaborado pelo MAPA o Manual de Auditoria Agropecuária. Foi realizado gestão junto ao MAPA para treinamento dos SIPOA e AFFAs de frigoríficos. Foram treinados 820 AFFAs juntamente com os SIPOA, com patrocínio parcial do Sindicato. Foram realizadas reuniões com o DIPOA para tratar do tema.

3	O PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL AGROPECUÁRIO: CODIFICAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA - O ANFFA Sindical deve criar um GT multidisciplinar e multissetorial para elaborar minuta de Projeto de Lei para tramitação e aprovação do Processo Administrativo Federal Agropecuário (PAFA), para incremento da segurança jurídica na atuação do AFFA.			Sim	Não foi exequível a efetivação do GT e não foi realizado. Na regulamentação da lei 14.515 foi publicado o Decreto 12.502 de 11 de julho de 2025 que trata do rito processual.
4	DA INCONSTITUCIONALIDADE DA RESTRIÇÃO TERRITORIAL À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL FISCALIZADOS, POSTO PELA LEI Nº 1.283/1950 - 1 – Consulta à assistência jurídica e formação de convicção acerca da possibilidade de proposição de ação de controle de constitucionalidade, tendo como objeto as Leis nº 7.889/89 e 1.283/1950, no que diz respeito à matéria veiculada nesta tese; 2 – Caso legitimada, proposição da competente ação de controle de constitucionalidade pelo ANFFA Sindical perante o Supremo Tribunal Federal.			Sim	Ação iexequível pelo longo lapso de tempo da publicação dos marcos legais.
5	O papel do AFFA e o modelo de inspeção/fiscalização em abatedouros: um debate necessário e urgente. - Realização de atividades, no âmbito do ANFFA Sindical, objetivando uma discussão sobre o Serviço de Inspeção Federal (SIF), de forma sistêmica e descentralizada, visando a elaboração de uma ou mais propostas da entidade.		Sim		Foi elaborado pelo Mapa o Manual de Auditoria Agropecuária. Foi realizado gestão junto ao Mapa para treinamento dos SIPOA e AFFA de frigoríficos. Foram treinados 820 AFFA juntamente com os SIPOA, com patrocínio parcial do Sindicato. Foram realizadas reuniões com o DIPOA para tratar do tema. Está sendo acompanhada a regulamentação da lei 14.515 de 2022.
6	A Escola Nacional de Gestão Agropecuária – ENAGRO e seu papel no cumprimento da missão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Rediscussão da ENAGRO em sua estrutura, atribuições e potencial. Subsídios à composição de uma escola forte, ampla e perene.	Sim			O Sindicato faz gestões junto ao MAPA visando contemplar estas atividades pela ENAGRO.

7	Fixação de valores por serviços públicos prestados no Serviço de Vigilância Agropecuário do Ministério da Agricultura – VIGIAGRO/MAPA. - Envolver o Sindicato [ANFFA Sindical] propondo que filiados, principalmente aqueles envolvidos na elaboração/revisão de leis, decretos, instruções normativas e portarias, sejam gestores dessa Tese: “Fixação de valores por serviços prestados no VIGIAGRO/MAPA”, especificamente na CERTIFICAÇÃO SANITÁRIA, VETERINÁRIA E FITOSSANITÁRIA INTERNACIONAL.		Sim		Tramita no Congresso Projeto de lei que cria o fundo agropecuário. PL 3179/2024.
8	Participação do ANFFA Sindical nos Grupos de trabalho do MAPA para discussão de atividades e atribuições dos AFFAs - É importante que a Diretoria Executiva do ANFFA Sindical proponha uma metodologia de trabalho para a participação em grupos de trabalho do MAPA e defina qual área do ANFFA Sindical será a responsável pelo funcionamento desta sistemática. Exige-se coordenação e tempo para execução deste controle sobre os grupos, definição dos representantes dos GTs do MAPA, dos especialistas e o monitoramento sobre todas as atividades.	Sim			A presidência faz contato permanente com a SE e SDA propondo a participação do Sindicato nos GTs que envolvem atribuições da categoria.
9	O aumento da arrecadação pelo MAPA como uma das prioridades da carreira. - O ANFFA Sindical elabore uma proposta ao MAPA para criação de um fundo agropecuário o qual financie: a) os elementos de despesas, para manutenção, reaparelhamento, investimento e melhoria das atividades que contribuem com a arrecadação do Fundo; b) capacitação profissional dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários.		Sim		Tramita no Congresso Projeto de lei que cria o fundo agropecuário. PL 3179/2024.

10	Desperdício da força de trabalho que nossa carreira usa para conceder registros de estabelecimentos e produtos. - Colocar em prática o que dispõe o recente Decreto nº 9.094, de 17/07/17, propondo que o MAPA busque a racionalização de métodos e procedimentos de controle, com eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido, diminuindo o universo de produtos que hoje são obrigatórios de registro, dispensando-os do registro ou permitindo que sejam efetuados em forma de auto cadastro pelo requerente.		Sim		Foram publicados atos administrativos pelo MAPA que reduziram a tramitação dos processos de registros. A regulamentação da Lei 14.515/2022 poderá atender essa questão.
11	Desperdício da força de trabalho que nossa carreira usa para conceder registros de estabelecimentos e produtos. - O ANFFA Sindical deve promover estudos junto aos Departamentos e Coordenações Técnicas verificando a possibilidade de se realizar uma atuação integrada entre instituições oficiais parceiras para registrar, credenciar ou cadastrar os estabelecimentos abrangidos pelo controle do MAPA, de forma que nossa força de trabalho, que decresce a cada dia, consiga atender a essa demanda de registros e credenciamentos que é crescente, mas sem delegar o poder de polícia, que fica mantido para o MAPA exercer.		Sim		Esta em processo de implantação a SDA Digital. O Sindicato tem acompanhado este tema junto a SDA. A regulamentação da Lei 14.515/2022 poderá atender essa questão.
12	Desperdício da força de trabalho que nossa carreira usa para conceder registros de estabelecimentos e produtos. - Colocar em prática o que dispõe o recente Decreto nº 9.094, de 17/07/17, propondo que o MAPA desenvolva sistemas informatizados adequados e seguros, e soluções tecnológicas com a empresa pública SERPRO, que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações.		Sim		Esta em processo de implantação a SDA Digital. O Sindicato tem acompanhado este tema junto a SDA. A regulamentação da Lei 14515/2022 poderá atender essa questão.

13	O Teletrabalho nas ações do MAPA. - o ANFFA Sindical deve propor um estudo com a finalidade de viabilizar a realização de atividades regimentais específicas por meio da modalidade de Teletrabalho.	Sim			Foi publicado portaria para estabelecer o teletrabalho no MAPA.
14	ESTÍMULO A FILIAÇÃO DE PENSIONISTAS AO ANFFA-Sindical - Elaborar uma cartilha contendo todos os procedimentos necessários para que a DIREX, as Delegacias Sindicais e suas Seções Sindicais façam a abordagem e orientação dos futuros pensionistas ou seus responsáveis esclarecendo todos os trâmites a serem percorridos para o recebimento de seus direitos. Esta cartilha deve ser enviada a todos os sindicalizados, ativos e aposentados para que esclareçam previamente seus dependentes no caso de uma situação adversa. O ANFFA Sindical estará atento a todas as pensões concedidas, por meio das Diretorias: de Aposentados e Pensionistas, Diretorias de Assuntos Jurídicos, da DIREX e das Delegacias Sindicais, entrara em contato com os pensionistas ou seus responsáveis, se colocando a disposição para orientações e esclarecimentos sobre seus direitos.		Sim		Cartilha eleborada em anos anteriores e não atualizada após a revisão da previdência pelo Congresso Nacional. O jurídico está orientando os filiados quando solicitado.
15	ESTÍMULO A FILIAÇÃO DE PENSIONISTAS AO ANFFA-Sindical - Esclarecer aos pensionistas a importância de se filiarem ao ANFFA Sindical, demonstrando a relevância da categoria para o fortalecimento da entidade e os benefícios que poderão ser conquistados a partir da sua efetiva integração ao Sindicato.		Sim		Cartilha eleborada em anos anteriores e não atualizada após a revisão da previdência pelo Congresso Nacional. O jurídico está orientando os filiados quando solicitado.
16	ESTÍMULO A FILIAÇÃO DE PENSIONISTAS AO ANFFA-Sindical - Providenciar os devidos ajustes nos normativos do ANFFA Sindical de maneira a permitir que a contribuição mensal do(s) pensionista(s) ao Sindicato seja um percentual de sua pensão e não um valor fixo.			Sim	Ação inexecutável. O sistema não permite desconto percentual de pensionista, necessário que o valor seja fixo.

17	O RECONHECIMENTO, A VALORIZAÇÃO E A PERMANÊNCIA DO AFFA APOSENTADO no ANFFA Sindical - O ANFFA Sindical deve atuar firmemente na atualização remuneratória e manutenção do subsídio como forma de valorização da carreira dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários, estimulando a filiação e permanência dos aposentados e pensionistas.	Sim			Os encaminhamentos de proposta de reestruturação remuneratório pelo Sindicato ao MAPA e as emendas ao PLOA 2022 foram com a manutenção da remuneração pelo subsídio.
18	O RECONHECIMENTO, A VALORIZAÇÃO E A PERMANÊNCIA DO AFFA APOSENTADO no ANFFA SIDICAL - As Delegacias Sindicais devem procurar melhorar a interação e comunicação com os aposentados e pensionistas, utilizando todos os meios de comunicação disponíveis.	sim			Foi implantado nas DSs as diretorias de aposentados e pensionistas.
19	O RECONHECIMENTO, A VALORIZAÇÃO E A PERMANÊNCIA DO AFFA APOSENTADO no ANFFA SIDICAL - O ANFFA Sindical deve fomentar a participação de AFFAs aposentados nos cargos diretivos e comissões do Sindicato.	Sim			Incorporado ao Estatuto a determinação de Diretoria de Aposentados em todas as DSs.
20	Antes do FUTURO do Aposentado - Criar Banco de Talentos para aproveitamento do conhecimento dos AFFAs aposentados e pensionistas a ser utilizado nas ações proativas do ANFFA Sindical.	Sim			Consta no plano de ações da Diretoria de Aposentados e Pensionistas.
21	Antes do FUTURO do Aposentado - Manter e aprimorar os cursos de preparação para aposentadoria e encontros de aposentados e pensionistas.	Sim			Encontros estão sendo realizados desde o Conaffa.
22	Implementação da Meritocracia no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - [Ética e Meritocracia] O ANFFA Sindical deve priorizar na pauta administrativa com o MAPA a implementação dos critérios meritocráticos de ocupação de cargos, com mapeamento de competência para o cargo ocupado e oferecimento de capacitação.	Sim			O Sindicato apresentou proposta de ocupação de cargos por critérios meritocráticos em GT criado para esta finalidade. O Sindicato persegue constantemente esta ação.

23	Implementação da Meritocracia no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - [Ética e Meritocracia] O ANFFA Sindical deve priorizar na pauta administrativa com o MAPA a publicação da portaria com os critérios meritocráticos e implementação efetiva do processo de seleção para a ocupação de cargo de Superintendente.		Sim		O Decreto 9667/2019, de 02.01.2019, revogou o artigo referente a possibilidade de ocupação de cargos pelo critério meritocrático.
24	Implementação da Meritocracia no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - [Ética e Meritocracia] O ANFFA Sindical deve sensibilizar em todas as Superintendências e Sociedade da importância da proposta da Portaria e de sua implementação.	Sim			O Decreto 9667/2019, de 02.01.2019, revogou o artigo referente a possibilidade de ocupação de cargos pelo critério meritocrático. Em discussão, em 2025, na proposta de reforma administrativa no Congresso Nacional.
25	Estratégias do ANFFA Sindical para combater os maus gestores no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. - [Ética e Meritocracia] O ANFFA Sindical deve estabelecer uma política para o enfrentamento ao assédio moral, à ingerência política e aos maus gestores.	Sim			Foram publicadas cartilhas sobre Assédio Moral, do ANFFA Sindical e da FENASPS, na página do Sindicato. GT oficial constituído no âmbito da mesa setorial MAPA/Sindicatos.
26	Estratégias do ANFFA Sindical para combater os maus gestores no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. - [Ética e Meritocracia] O ANFFA Sindical deve reivindicar junto à ENAGRO a capacitação em gestão pública, de forma descentralizada, e fomentar a participação dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários.			Sim	Não realizado pela Enagro.
27	Estratégias do ANFFA Sindical para combater os maus gestores no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. - [Ética e Meritocracia] O ANFFA Sindical deve priorizar o acompanhamento do andamento de denúncias e processos contra maus gestores no MAPA.	Sim			As denúncias na Corregedoria correm em processo sigiloso. Quando fora do MAPA, estão no relatório de denúncias ao MPF e outros órgãos na página do sindicato. Não há registros de denúncias em 2021 e 2022.

	REMODELAGEM DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MAPA - SECR- [Auditoria e Fiscalização realocado] O ANFFA Sindical deve instituir um GT para aprofundar a proposta de remodelação da estrutura organizacional do MAPA com ênfase na Auditoria e Fiscalização Federal Agropecuária, elaborada em 2013 aprovada em AGNE e III CONAFFA. SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA: CONTRIBUIÇÕES PARA O ENFRENTAMENTO DA INGERÊNCIA POLÍTICA E ECONÔMICA			Sim	Ação inexecutável pelo risco de perda de atribuições.
29	O futuro da Carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Regulamentar com urgência as atribuições da Carreira de AFFAs - criação da lei orgânica.			Sim	Foi criado grupo de estudos oficiais com participação da Anffa e Anteffa para avaliação das atribuições. O estudo preliminar foi apresentado ao SE do MAPA
30	O futuro da Carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Priorizar a regulamentação das atribuições da carreira nas negociações da pauta reivindicatória.			Sim	Foi criado grupo de estudos oficiais com participação da Anffa e Anteffa para avaliação das atribuições. O estudo preliminar foi apresentado ao SE do MAPA em março de 2022.
31	O futuro da Carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Criação de um fórum permanente de discussão das atribuições da carreira.	Sim			Foi criado grupo de estudos oficiais com participação da Anffa e Anteffa para avaliação das atribuições. O estudo preliminar foi apresentado ao SE do MAPA em março de 2022.
32	A PARIDADE DE VENCIMENTOS ENTRE ATIVOS E APOSENTADOS COMO CLÁUSULA PÉTREA PARA OS AUDITORES FISCAIS FEDERAIS AGROPECUÁRIOS. - Promoção pelo ANFFA Sindical de campanha interna de conscientização da importância da manutenção do subsídio como forma de remuneração da carreira.	Sim			Foram realizadas lives para informações sobre o movimento de reestruturação remuneratória onde enfatizou-se a manutenção da forma por subsídio.
33	A PARIDADE DE VENCIMENTOS ENTRE ATIVOS E APOSENTADOS COMO CLÁUSULA PÉTREA PARA OS AUDITORES FISCAIS FEDERAIS AGROPECUÁRIOS. - Manutenção do subsídio (e suas regras) como forma de remuneração para a Carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário.	Sim			Foram realizadas lives para informações sobre o movimento de reestruturação remuneratória onde enfatizou-se a manutenção da forma por subsídio.

34	A PARIDADE DE VENCIMENTOS ENTRE ATIVOS E APOSENTADOS COMO CLÁUSULA PÉTREA PARA OS AUDITORES FISCAIS FEDERAIS AGROPECUÁRIOS. - Gestão do ANFFA Sindical junto ao FONACATE e outros fóruns de servidores para a revogação da Lei que institui o sistema previdenciário do FUNPRESP.			Sim	Ação inexecuível tendo em vista a consolidação do Fupresp e inclusive acção judicial do Sindicato para garantir possibilidade de adesão e, ainda, aprovação da MP 1119/22 pelo Congresso Nacional em 04/10/2022.
35	REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL - O ANFFA SINDICAL DEVE ELABORAR DIRETRIZES ALINHADAS AOS VALORES E AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ANFFA Sindical, PARA RELAÇÃO INSTITUCIONAL COM O MAPA, FOCANDO NOS TEMAS: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, LEGISLAÇÕES AGROPECUÁRIAS E GESTÃO DE PESSOAS	Sim			A aproximação com a gestão do MAPA visando tratar dos temas da categoria tem sido realizada continuamente. Houve reuniões com: SE, SDA, Departamentos. Estiveram na sede do Sindicato: Secretário Executivo, Secretário de Defesa Agropecuária, Diretores de Departamentos. A relação institucional com o MAPA está alinhada aos valores e ao planejamento estratégico do Sindicato e foca em temas relacionados à estrutura do MAPA, legislações agropecuárias e gestão de pessoas, entre outros.
36	REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL - O ANFFA Sindical DEVE INTENSIFICAR, DE FORMA MENSURÁVEL, AS RELAÇÕES COM DEMAIS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS E A SOCIEDADE CIVIL, AUMENTANDO VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO DO AUDITOR FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO.	Sim			A Diretoria de Relações Institucionais e Diretoria de Comunicação executam continuamente ações de fortalecimento da carreira junto as instituições públicas e privadas.
37	Implantação de plano de comunicação organizacional integrada permanente para o ANFFA Sindical - Garantir orçamento anual para a Diretoria de Comunicação e Relações Públicas do ANFFA Sindical profissionalizar sua gestão, em caráter permanente e integrado, intensificando suas ações através da contratação de profissionais/agências de publicidade e de assessoria de imprensa, inclusive com a disponibilização de recursos para a produção e veiculação de peças de valorização e defesa dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários e de suas atividades.	Sim			Incluído no orçamento anual do sindicato.

38	Implantação de plano de comunicação organizacional integrada permanente para o ANFFA Sindical - Determinar a criação de um Grupo de Diretores de Comunicação (ou Responsáveis, formalmente indicados) das Delegacias Sindicais e da DIREX – GCom, para que, sob a coordenação do Diretor Nacional de Comunicação e Relações Públicas e com a assistência das agências de assessoria de imprensa e de publicidade, elaborem, anualmente, planejamento das ações de mídia voltadas à divulgação, à valorização e ao fortalecimento das ações e da carreira dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários.	Sim			Grupo criado.
39	Valorização e fortalecimento da carreira através de uma reestruturação remuneratória da categoria de Auditor Fiscal Federal Agropecuário, com base na Série Histórica 2001-2017 - O ANFFA Sindical deverá priorizar na próxima negociação do sindicato a reestruturação remuneratória do plano de carreira do Auditor Fiscal Federal Agropecuário de forma compatível com as demais carreiras de Auditoria e Fiscalização do Executivo Federal.	Sim			Os encaminhamentos de proposta de reestruturação remuneratória pelo Sindicato ao MAPA e as emendas ao PLOA 2022 foram com a remuneração prevendo equiparação com as demais carreiras de Auditoria e Fiscalização do Executivo Federal. Houve um acordo prevendo reajuste de 23% em 2025 e 2026, sem alcançar ainda a equiparação com demais carreiras.
40	Educação Financeira como instrumento para melhoria da qualidade de vida e desempenho profissional - O ANFFA Sindical deve adotar uma política que ofereça Educação Financeira para seus filiados.	Sim			Ação postergada devido a dificuldade de implantá-la em eventos presenciais. Deverá ser reprogramada. Parceria firmada com o Sicoob.
41	Apresentação pela Diretoria Executiva Nacional do status de implementação das teses aprovadas no CONAFFA anterior. - Apresentar um cronograma de ações desenvolvidas pela diretoria executiva nacional na busca do cumprimento das diretrizes aprovadas durante o CONAFFA.	Sim			A SEPLAN, em conjunto com a Secretaria Geral, tem apresentado no Conaffa o relatório de execução das diretrizes. O acompanhamento das diretrizes está publicado no site do Conaffa.

42	Apresentação pela Diretoria Executiva Nacional do status de implementação das teses aprovadas no CONAFFA anterior. - Transparência no atendimento das teses enviadas pelos filiados.	Sim			A SEPLAN, em conjunto com a Secretaria Geral, tem apresentado no Conaffa o relatório de execução das diretrizes. Está publicado no site do Conaffa.
43	O investimento em formação sindical da base como ferramenta estratégica para o fortalecimento do ANFFA Sindical - Investimento na formação sindical no conjunto de seus sindicalizados, por meio da inclusão de cursos de formação sindical no planejamento estratégico do Sindicato, com previsão orçamentaria específica para este fim, e com especial atenção a formação dos novos filiados.	Sim			Em andamento. Foram realizadas ações em 2018, 2019, suspensas em 2020 e retomadas em 2021 para os Delegados Sindicais e Direx (curso de negociação baseado em valores).
44	O investimento em formação sindical da base como ferramenta estratégica para o fortalecimento do ANFFA Sindical - Curso de formação sindical obrigatório para os novos representantes sindicais.	Sim			O Sindicato tem buscado oferecer cursos de formação sindical aos filiados em parceria com as DSs.
45	Apoio ao desenvolvimento das demais carreiras existentes no MAPA, promovendo melhorias necessárias ao desenvolvimento da carreira de AFFA. - Reunião com as entidades representativas de outras carreiras do MAPA, buscando elaborar pauta comum em defesa da instituição, mormente relacionada à qualidade e satisfação do trabalho como: seguro de veículos das SFAs, sistema de registro de ponto, combate a assédio, melhorias na estrutura de capacitação, dentre outros assuntos de ordem administrativa e operacional.	Sim			Reuniões constantes estão ocorrendo com a ANTEFFA e Condsef na mesa setorial MAPA/Sindicatos em 2025.
46	Tratamento das Ressalvas de AGNEs e AGNOs - Que a Direx do ANFFA Sindical proponha uma metodologia de trabalho para o tratamento de ressalvas das Assembleias e defina qual diretoria do sindicato será a responsável pelo funcionamento e publicidade desta sistemática.	Sim			Foi elaborado procedimento a ser adotado. POP SG 005 de 19/06/2018.
Cód	Diretrizes V CONAFFA - Maceió/AL - 2019	Executada	Em Andamento	Inexequível	Descritivo

1	Que a DIREX e as Delegacias Sindicais publiquem, na área restrita do site do ANFFA SINDICAL, na frequência trimestral, uma prestação de contas concisa e didática das receitas e despesas realizadas por natureza de despesa juntamente com um comparativo com o orçamento aprovado.			Sim	No período de mobilização em que encontra-se a categoria de AFFA esta ação foi considerada como adiada para não expor a situação de contas do Sindicato em ambiente sem controle efetivo, permitindo o acesso de informações privilegiadas do Sindicato. Prestações são feitas para o Conselho Fiscal e CDS e aprovadas em AGNO.
2	Formação de grupos de trabalho ad hoc, compostos por AFFA aposentados e ativos, cujas identidades seriam preservadas, com objetivo de avaliar e emitir pareceres técnicos relativos às demandas sindicais, contemplando, quando necessário, reunião na sede do sindicato.	Sim			A Diretoria de aposentados fez levantamento e cadastrou aposentados para possíveis participações. Quando necessário a Direx estabele grupo de trabalho, como no caso do GT Autocontrole. Quando necessário estão sendo formados os GTs, como o atual, setembro/2025, GT Regulamentação do artigo 5º da Lei 14.515/2022.
3	Realização de no mínimo, uma reunião do CDS e duas da DIREX, por ano, em unidades da federação fora de Brasília. Destinar ao menos um dia para participação ativa de filiados e não filiados nos debates dos temas pautados. Avaliar a malha aeroviária, de forma a não onerar significativamente.	Sim			Ação sendo executada.
4	Utilização efetiva de mídias digitais como proposta para motivação dos filiados do ANFFA Sindical.	Sim			A DCOM/DIREX insere, rotineiramente, postagens nas mídias sociais e apresenta relatório periódico para o CDS.
5	Motivar as DS a possuir em seu quadro de diretores, um diretor de comunicação que é essencial para a ligação com o filiado.	Sim			Foi criado pela DCOM/DIREX grupo de comunicação com representantes das DSs.
6	Motivar as DS a realizar constantemente a atualização cadastral para que possam ter os dados para comunicação com o filiado.	Sim			Ação permanente. Foi contratada a empresa Bisa Tecnologia para criar ferramenta de atualização cadastral on line, direto pelo filiado.

7	Que o ANFFA Sindical realize estudo e avaliação da participação dos filiados nas diversas atividades envolvidas pelo Sindicato e aponte ações e mecanismos para promover uma maior participação dos AFFAs nas diversas atividades sindicais.	Sim			O Sindicato adotou lives diretas com os filiados permitindo participação direta dos filiados.
8	Curso Online de Consciência Sindical com Módulo Obrigatório: Instruindo e Conscientizando o Filiado Visando Aumentar sua Participação e Engajamento	Sim			Antes da pandemia foram realizados algumas palestras com a participação do AFFA Evio (DSAL) em poucas delegacias sindicais. Com as restrições impostas pela pandemia foram realizados treinamentos sobre negociação para os Delegados Sindicais e Direx.
9	Formatação de um curso <i>on-line</i> de consciência sindical para todos os AFFAs, filiados e não filiados, ativos e aposentados, podendo ser estipuladas metas por DS para realização do mesmo.	Sim			Estão sendo realizadas em parceria com o Dieese em Brasília DF.
10	Realizar atividade de formação sindical por meio de cursos de conceitos básicos sobre sindicalismo e movimento sindical e história do sindicato, a fim de formar filiados convictos da importância do Movimento Sindical.	Sim			Estão sendo realizadas em parceria com o Dieese em Brasília DF.
11	Implementação de uma política de renovação sindical com vistas a incrementar a participação dos AFFA nas atividades do ANFFA Sindical.	Sim			Foi constatado grande renovação nas diretorias das Delegacias Sindicais e da Direx.
12	Criar uma ferramenta “Painel do Filiado” que organize as notícias de cada tema de trabalho do sindicato de forma cronológica e visualmente resumida, com o objetivo de fornecer rapidamente uma atualização histórica completa de cada tema ao filiado.	Sim			O site foi reorganizado e pode ser acessado as informações pelos filiados.
13	Aumento de recursos para a diretoria de Formação Profissional, visando ampliar as ações de formação sindical, por meio de cursos, palestras, <i>workshops</i> e outras iniciativas.	Sim			Foram alocados recursos suficientes para a diretoria de formação. Com as restrições impostas pela pandemia foram realizados treinamentos sobre negociação para os Delegados Sindicais e Direx.

14	Criar programa continuado de ação psicológica no sindicato, com ênfase nas PIC, para prevenção e tratamento das doenças ocupacionais psicossociais	Sim			Tema sob responsabilidade do MAPA e sendo executado pelo MAPA.
15	Que o ANFFA Sindical faça gestão junto ao MAPA para estender as ações de saúde e qualidade de vida às SFA's e as UTRA's.	Sim			O Sindicato apoiou a COGEP para criação do espaço do servidor na sede. Ação esta que está sendo estendida para as SFAs e laboratórios pela COGEP, espaço CERES. Também, o Sindicato divulgou o programa de exames médicos periódicos. Tema em andamento na Mesa Setorial MAPA/Sindicatos.
16	Levar a proposta de equiparação do valor de diária dos AFFAs com a diária do Auditor Federal de Controle Externo do TCU ao FONACATE.	Sim			Esta ação não foi encampada pelo Fonacate por entender que não seria uma ação unificada pelas peculiaridades das carreiras representadas pelo Fonacate.
17	Que o Sindicato ingresse na Justiça Federal e requeira a equiparação com o valor da diária aprovada pela Portaria TCU nº 443, de 28 de dezembro de 2018, baseado no fato de que um Auditor Federal de Controle Externo (AUFC) do TCU em viagem a trabalho pela União está recebendo o valor de diária bem maior que o AFFA.			Sim	Foi considerada inexecutável pela assessoria jurídica do Sindicato, sem possibilidade de êxito por ser o TCU órgão do poder legislativo.
18	Que a DIREX proponha ao MAPA a estruturação de um serviço de inteligência para por em prática a análise de risco sanitário na vigilância agropecuária internacional.	Sim			Foram adotadas ações pela SDA para gestão de riscos.
19	Que o Anffa Sindical faça gestões ao MAPA no sentido de definir o conceito de precedência da RFB disposto no ART. 37 da CFB, com possibilidade de judicialização.	Sim			Foi realizada reunião com a SDA e esta adotou providências para harmonizar as ações juntos a RFB.

20	Que o ANFFA Sindical sensibilize o setor produtivo por meio da Frente Parlamentar e a ABPA sobre o risco da introdução de perigos sanitários devido a dificuldades da execução das atividades do AFFA nos aeroportos internacionais.	Sim			Após período prejudicado pela pandemia a DRI vem realizando vários encontros/reuniões/audiências de forma presencial ou virtual. Todos estes encontros/reuniões/audiências vem sendo relatados em uma planilha, de acompanhamento interno da pasta, com as atividades ocorridas de acordo com as semanas do ano. Porém, a DRI não possui a intenção de divulgar estes encontros/reuniões/audiências no site; pois muitos deles ocorrem de "surpresa" ou de momento, alguns possuem consequências/resultados que nem sempre devem ser revelados.
----	--	-----	--	--	---

Cód	Diretrizes VI CONAFFA - Rio de Janeiro/RJ - 2022	Executada	Em Andamento	Inexequível	Descritivo
1	Alteração de Cargos Obrigatórios nas Delegacias Sindicais,		Sim		GT está fazendo a revisão do estatuto
2	Alterar as formas de filiação e desfiliação ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais Federais		Sim		GT está fazendo a revisão do estatuto
3	Alterar as regras para reintegração de filiados com redução dos valores necessários para fazê-lo.		Sim		GT está fazendo a revisão do estatuto
4	Aprimorar o acompanhamento da Execução das Diretrizes aprovadas nos CONAFFAS	Sim			Foram feitos vídeos e disponibilização da planilha no site do ANFFA Sindical
5	Aprovar o apoio de empresas do setor regulado pelo MAPA para o financiamento do CONAFFA			Sim	Contradiz o que estabelece o estatuto do ANFFA, parecer jurídico e da comissão de ética
6	Comunicar o papel dos AFFAs nas exportações de frutas	Sim			A diretoria de comunicação lançou uma série de vídeos com as diferentes atividades exercidas pelos AFFAs
7	Contratar plataforma de transmissão de dados em tempo real que possibilite privacidade de acesso aos filiados para realização de reuniões e assembleias.	Sim			Está sendo utilizado o TELEGRAM

8	Criar comissões técnicas de caráter consultivo e deliberativo considerando as diferentes áreas de atuação dos AFFAs, para definir e organizar ações durante os movimentos de mobilização e de valorização da carreira de AFFA.	Sim			Criados os grupos no WhatsApp por área de atuação pela Diretoria de Política Profissional
9	Criar estratégias de valorização e fortalecimento da carreira de AFFA's visando aumentar a adesão ao ANFFA Sindical	Sim			A diretoria de comunicação lançou uma série de vídeos com as diferentes atividades exercidas pelos AFFAs
10	Estabelecer um grupo de trabalho a fim de se levantar as atividades da categoria que não se enquadram como "necessidades inadiáveis da comunidade", ou seja, aquelas que podem ser interrompidas com fim de embasar as atividades de mobilização.	Sim			As informações sobre as atividades e as restrições legais estão identificadas, faltando a regulamentação do direito de greve, tema debatido na mesa nacional de negociação com participação do ANFFA através do FONACATE.
11	Estruturação dos Comandos de Mobilização com mudanças estatutárias propondo integrantes dinâmicos nas próximas mobilizações		Sim		GT está fazendo a revisão do estatuto
12	Fortalecimento da carreira por meio da consolidação da identidade do profissional integrante da carreira de AFFA	Sim			A identidade profissional / visual está sendo implementada pelo MAPA
13	Identificar pontos estratégicos para o movimento sindical na concepção: Auditor Fiscal Federal Agropecuário é Agente do Desenvolvimento Nacional	Sim			A diretoria de comunicação lançou uma série de vídeos com as diferentes atividades exercidas pelos AFFAs
14	Implantar o "Banco de Talentos – Em Mídias Digitais" - Perpetuação dos saberes profissionais no ANFFA Sindical.			Sim	O custo e a aplicabilidade, além da baixa procura inviabilizaram a implementação, entretanto a ficha de filiação atual conta com campo próprio para esta identificação.
15	Implementar a comunicação digital e interativa - Evolução das estratégias de comunicação convencional nos Sindicatos	Sim			A diretoria de comunicação lançou uma série de formas de comunicação
16	Intensificar as ações visando a participação dos filiados das seções Sindicais	Sim			A utilização do Telegram e as assembleias virtuais viabilizaram a participação de todos os AFFAs
17	Promover a evolução do assessoramento jurídico prestado pelo ANFFA Sindical aos filiados	Sim			Implementada pela Diretoria Jurídica

18	Promover os estudos com vistas a instituir a indenização por Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado (IFR).	Sim			A DIREX está acompanhando a tramitação do Projeto de Lei do IFR no Congresso, PL 3179 de 2024
19	Propor revisão de marcos legais para viabilizar o recebimento de parcela complementar ao subsídio			Sim	Com o congresso atual a alteração de legislações pode levar a perda de atribuições.
20	Proporcionar ao AFFA filiado do ANFFA Sindical a oportunidade de conhecer "in loco" as atividades da diretoria executiva nacional – DIREX estimulando esse candidato a ser um sindicalista participativo,	Sim			As reuniões itinerantes com participação de filiados tem sido a forma de implementação pela DIREX
21	Reduzir o custo fixo do ANFFA Sindical	Sim			Reduzido o número de funcionarios e a diminuição de sedes físicas das DSs
22	Reestruturar a Ouvidoria ANFFA – Implementar Sistema Informatizado e Boas praticas de ouvidoria e atualizar o regimento interno para utilização de site do ANFFA para recebimento e acompanhamento de manifestações de usuários,		Sim		GT está fazendo a revisão do estatuto. Se optou por não criar um sistema específico mas a ouvidoria vem trabalhando ativamente
23	Reestruturar o programa de assistencia juridica individual – AJI e reorganizar o assessoramento juridico do ANFFA Sindical,	Sim			Implementada pela Diretoria Jurídica
24	Alterar as competências estatutarias da Diretoria de Formação Profissional com alteração do Art. 59 do Estatuto		Sim		GT está fazendo a revisão do estatuto.
25	Fornecer uma adequada carteira de identificação de filiado, ao AFFA aposentado, como parte de estratégias que visam restabelecer o sentimento de pertencimento a carreira e ao ANFFA Sindical	Sim			Carteiras distribuídas conforme solicitação dos filiados
26	Revisar as capitulações do setor de ouvidoria do Estatuto e do Regimento Interno do ANFFA Sindical		Sim		GT está fazendo a revisão do estatuto.
Cód	Diretrizes VII CONAFFA - Bento Gonçalves/RS - 2025	Executada	Em Andamento	Inexequível	Descritivo
1	Mobilização e Advocacia pela Aprovação do Projeto de Lei nº 7264/2014 para Modernização da Legislação Sanitária e Fortalecimento da Carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário.		Sim		O acompanhamento do projeto de lei nº 7264/2014 está sendo feito pela Diretoria de Relações Institucionais.

2	Atualização dos valores de indenização por uso de veículo próprio em serviço.	Sim			A proposta foi encaminhada Mesa Central de Negociação e o valor previsto no DECRETO No 3.184, DE 27 DE SETEMBRO DE 1999 que era de R\$ 17,00 foi atualizado para R\$ 82,36 (oitenta e dois reais e trinta e seis centavos), com a publicação do Decreto nº 12.920, de 2026.
3	Mobilização e Advocacia pela Aprovação do PL 1670/2015 para o Fortalecimento do Vigiagro, a Sustentabilidade da Defesa Agropecuária e a Valorização da Carreira do Auditor Fiscal Federal Agropecuário.		Sim		O acompanhamento do projeto de lei nº 1670/2015 está sendo feito pela Diretoria de Relações Institucionais.
4	Promover estudos com vista a avaliação do impacto do teletrabalho na carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário.		Sim		A realização de um estudo com este fim está a cargo da Diretoria de Política Profissional
5	O ANFFA Sindical promover, frequentemente, ciclos de debates sobre os principais temas que envolvem a atuação do auditor(a) fiscal federal agropecuário(a) e da categoria, na regulação e fiscalização da atividade agropecuária, considerando seus impactos e resultados socioeconômicos e ambientais.		Sim		O planejamento e a execução de ciclos de debates foi incluído nas atribuições da Diretoria de Política Profissional
6	Promover a Comunicação Ampla e Simplificada com ênfase em redes sociais para Engajamento da População para apoiar as pautas da categoria e tornar evidente a atuação dos AFFAs.	Sim			A diretoria de comunicação fez algumas reformulações em seu planejamento para implementar essa diretriz. Uma das ações em andamento é o Missão AFFA, tendo lançado esse mês a 2ª Temporada.
7	Criar o fundo financeiro de atividade sindical.		Sim		O Grupo de Trabalho que está fazendo a revisão do estatuto já encaminhou a proposta final. O acompanhamento está sendo feito pela Secretaria de Administração (4S) e nesse momento a proposta está sendo revisada pelo jurídico tendo como próxima etapa a discussão e votação em Assembléia Nacional.

8	Criar um grupo de estudos para estabelecer critérios para seleção de Adidos Agrícolas do MAPA.		Sim		A execução dessa atividade está a cargo da Diretoria de Política Profissional. Foi solicitado que o tema seja incluído na reunião da mesa setorial a ser realizada 19 de agosto, com proposta de criação do grupo.
9	Implementação de Debates obrigatórios nas eleições do ANFFA Sindical.	Sim			A Diretriz foi encaminhada a Comissão Eleitoral para análise da viabilidade da implementação e definição das regras, com previsão de realização do debate.
10	Exigir que a Portaria SDA/MAPA nº 307/2021 seja cumprida integralmente, assegurando que as equipes de fiscalização sejam compostas conforme as exigências da portaria, com a alocação de servidores conforme a especialização necessária para cada tipo de estabelecimento e fiscalização.		Sim		A Diretoria de Política Profissional ficou responsável pela implementação. Verificação da decisão judicial no Paraná sobre esse assunto e informação do SIPOA de Porto Alegre que está atendendo a metrica refazendo a equipe de trabalho.
11	Reivindicar a implantação de seguro para toda a frota de veículos oficiais utilizados pelos AFFAs.		Sim		A Presidência levou a proposta para a Mesa Setorial de negociações e consta da pauta do dia 19/08.
12	Desenvolver esforços para Instituição do Programa de Assistência à Mãe Nutriz para Auditoras Fiscais Federais Agropecuárias (AFFA), garantindo direitos trabalhistas e apoio à amamentação, já instituído nos demais poderes.		Sim		A Presidência levou a proposta para a Mesa Central de negociações que acatou a proposta e apresentou ao MGI, sem resposta deste até o momento.
13	Instituir ações que visem a inclusão e avaliação dos riscos psicossociais para proteção da saúde mental dos filiados ao ANFFA Sindical, tomando por base a NR 01 do Ministério do trabalho.		Sim		A Presidência levou a proposta para a Mesa Setorial de negociações, estando em andamento um processo licitatório coordenado pelo MAPA com adesão de 89 órgãos, na fase de homologação das empresas que apresentaram propostas, além de que o MAPA estabeleceu convênio com a UNB para ampliar o atendimento aos servidores.

14	Desenvolvimento de campanhas publicitárias do ANFFA Sindical com ênfase nos impactos negativos da ausência de AFFAs na segurança alimentar e desenvolvimento agropecuário.		Sim		A execução dessa atividade está a cargo da Diretoria de Comunicação, tendo sido usado como argumento para chamar os aprovados que estão no cadastro de reserva, convocação em terceira chamada (46) já aprovada pela presidência da república. Nesse momento está ocorrendo o concurso de remoção.
15	Implementar programa de treinamento e aprendizado em novas tecnologias para atingir maior participação e entrosamento dos filiados, ATIVOS e APOSENTADOS, no processo decisório do SINDICATO.		Sim		A execução dessa atividade está a cargo da Diretoria de Formação Profissional (Dir. Aposentados)
16	Implementação de uma política permanente de monitoramento das condições de trabalho dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (AFFA's) em unidades fora das Superintendências Federais de Agricultura (SFA's).		Sim		A execução dessa atividade está a cargo da Diretoria de Política Profissional, já foi apresentado pelo MAPA relatório parcial na mesa setorial. O Sindicato encerrou sexta-feira dia 24/07 a consulta interna.
17	Criação do regimento interno dos comandos de mobilização tendo como referência o texto proposto .		Sim		O GT que fez a revisão do estatuto já encaminhou a proposta final e a mesma está tendo acompanhamento pela Secretaria de Administração (4S) após aprovação em Assembléia Nacional a SEGER (4S / GT Estatuto) darão continuidade aos trabalhos com a elaboração dos Regimentos Internos.
18	Quantificação das Condições de Trabalho e Estruturais dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários no Ministério da Agricultura e Pecuária.		Sim		A execução dessa atividade está a cargo da Diretoria de Política Profissional, já foi apresentado pelo MAPA relatório parcial na mesa setorial. O Sindicato encerrou sexta-feira dia 24/07 a consulta interna.

19	Gestão do ANFFA junto ao MAPA pela regulamentação da prática de atividade física durante a jornada de trabalho.		Sim		A proposta foi apresentada ao FONACATE que não aprovou a mesma. Desta forma, está sendo levada pela Presidência para a Mesa Setorial de Negociação que informou que depende de autorização do MGI. O assunto será levado novamente ao FONACATE em momento oportuno, quando houver abertura de pauta.
20	Promover estudos e ações junto ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), sobre a viabilidade e efetividade do uso de câmara corporal pelos Auditores Fiscais Federais Agropecuários como ferramenta de proteção a sua integridade física.		Sim		A execução dessa atividade está a cargo da Diretoria de Política Profissional